



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 301469/24
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE: CENTRO DE CONVENÇÕES DE FOZ DO IGUAÇU SA
INTERESSADO: ATANASIO SAVIO, ELISEU MOURA, FERNANDO CASTRO DA SILVA MARANINCHI
RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO THIAGO BARBOSA CORDEIRO

ACÓRDÃO Nº 1579/24 - Segunda Câmara

Prestação de Contas Anual. Centro de Convenções de Foz do Iguaçu. Exercício de 2023. Contas regulares.

RELATÓRIO

Trata-se de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL do CENTRO DE CONVENÇÕES DE FOZ DO IGUAÇU SA¹, relativa ao exercício financeiro de 2023, de responsabilidade do senhor ATANÁSIO SÁVIO, CPF 510.183.069-00, Presidente da empresa de 01/01/23 a 31/07/23, e do senhor ELISEU MOURA, CPF 903.326.799-34, Presidente de 01/08/23 a 31/12/23.

2. O conteúdo e a estruturação da prestação de contas foram definidos pela Instrução Normativa n.º 180/23 desta Corte. A Receita Operacional Bruta no exercício foi de **R\$ 174.832,00** (cento e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais).

3. As prestações de contas dos últimos exercícios apresentam o seguinte **retrospecto**²:

¹ Conforme classificação jurídica estabelecida na Instrução Normativa n.º 86/12 desta Corte, trata-se de "Entidade da Administração Pública Municipal de Direito Privado Integrante da Administração Indireta - Sociedade de Economia Mista."

² Conforme tabela constante da Instrução n.º 1805/24-CGM-Primeiro Exame (peça 16).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Nº DO PROCESSO	ANO	ASSUNTO	TRÂMITE ATUAL	TIPO ATO	Nº ATO	RESULTADO
267398/20	2019	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	DP	ACO	2400/2020	Regular
251169/21	2020	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	DP	ACO	1845/2021	Regular
280898/22	2021	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	DP	ACO	3185/2022	Regular
274069/23	2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	CMEX	ACO	246/2024	Regular com recomendações ³

4. A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.º 1805/24 (peça 16), firmada pelo Auditor de Controle Externo Fabiclenes Sumariva Mendes, indica ter sido cumprido o prazo para a apresentação das contas⁴. Quanto ao mérito, aduz que “as contas não apresentam restrições, sendo possível o julgamento no sentido da Regularidade”⁵.

5. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer n.º 7/24 (peça 17), da lavra da Procuradora Valéria Borba, considerando que “sob os aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, as contas do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu SA se apresentam em conformidade com as normas vigentes, com razoabilidade nos resultados apresentados”, manifesta não se opor ao julgamento pela **regularidade** das contas da entidade.

³ O Acórdão n.º 246/24-Primeira Câmara, sob relatoria do Conselheiro Substituto Lívio Fabiano Sotero Costa, foi lavrado nos seguintes termos:

I - Julgar, nos termos dos artigos 16, inciso I e 28, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e artigo 244, parágrafo primeiro do Regimento Interno, **regulares** as contas do exercício de 2022 do CENTRO DE CONVENÇÕES DE FOZ DO IGUAÇU AS de responsabilidade do Sr. ATANASIO SAVIO;

II – **recomendar** à entidade para que, no prazo de 60 dias, publique os contratos realizados pelo Centro de Convenções em 2022, nos termos sugeridos no Relatório do Controle Interno (peça nº 33, páginas nº 10 e 14);

III – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as anotações e demais providências necessárias;

IV – encaminhar à **Diretoria de Protocolo** para o arquivamento do processo, conforme disposto nos artigos 168, VII e 398, § 1º, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.

⁴ Assim estipulado no Regimento Interno:

Art. 225. O prazo final de encaminhamento da Prestação de Contas Anual é 31 de março, relativo ao exercício financeiro anterior, para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo, compreendendo este último às administrações direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações e fundos especiais.

Parágrafo único. Para as sociedades de economia mista, empresas públicas, consórcios intermunicipais e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público municipal, o prazo final será 30 de abril, relativo ao exercício financeiro anterior.

⁵ A unidade destaca, entretanto, que:

[...] as conclusões aqui expostas não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas, não validam divergências em informações de caráter declaratório, não detectadas na análise, e nem eximem anomalias levantadas em outras espécies de procedimentos fiscalizatórios, tais como: Procedimentos de Acompanhamento Remoto, Auditorias, Inspeções, Tomadas de Contas, Comunicação de Irregularidades, Denúncias ou Representações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

FUNDAMENTAÇÃO E PROPOSTA DE VOTO

Tendo em vista a instrução da Coordenadoria de Gestão Municipal, endossada pelo Ministério Público de Contas, que atesta não ter constatado incorreções na documentação e nas demonstrações da execução orçamentária, financeira, patrimonial e de resultados apresentadas, proponho que esta Corte, com fundamento nos artigos 1º, III, e 16, I, da Lei Complementar n.º 113/05, julgue **regulares** as contas do CENTRO DE CONVENÇÕES DE FOZ DO IGUAÇU SA, relativas ao exercício financeiro de 2023, de responsabilidade do senhor ATANÁSIO SÁVIO, Presidente da empresa de 01/01/23 a 31/07/23, e do senhor ELISEU MOURA, Presidente de 01/08/23 a 31/12/23.

2. Certificado o trânsito em julgado da decisão, o processo estará encerrado, conforme artigo 398, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, razão pela qual seus autos deverão ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do normativo referido.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO, com fundamento nos artigos 1º, III⁶, e 16, I⁷, da Lei Complementar n.º 113/05, por unanimidade, em:

⁶ Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, com sede na Capital do Estado, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei:

[...]

III – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;

⁷ Art. 16. As contas serão julgadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

- julgar regulares as contas do CENTRO DE CONVENÇÕES DE FOZ DO IGUAÇU SA, relativas ao exercício financeiro de 2023, de responsabilidade do senhor ATANÁSIO SÁVIO, Presidente da empresa de 01/01/23 a 31/07/23, e do senhor ELISEU MOURA, Presidente de 01/08/23 a 31/12/23.

Certificado o trânsito em julgado da decisão, o processo estará encerrado, conforme artigo 398, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas⁸, razão pela qual seus autos deverão ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do normativo referido⁹.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 13 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 9.

THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Relator

IVAN LELIS BONILHA

Presidente

⁸ Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)

§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)

⁹ Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
(...)

VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;